



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

Memória de Reunião

06 de março de 2017, 9h

DADOS

Grupo de trabalho	Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde – COMESC – Criado pela Resolução 106 – CNJ	
Local	Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar).	
Coordenador	Juiz federal Clenio Jair Schulze	clenio.schulze@trf4.jus.br
COMESC	comite-executivo-estadual--sc@googlegroups.com	

PARTICIPANTES

Nome*	Entidade*	E-mail*
Clenio Jair Schulze	JFSC	Clenio.schulze@trf4.jus.br
Daniel Ricken	MPF	ricken@mpf.mp.br
Ariadne Klein Sartori	MPSC	cdh@mpsc.mp.br
Cláudio Eduardo Registro de Figueiredo e Silva	TJSC	cerf7996@tjsc.jus.br
Edenice Reis da Silveira	SMS/Fpolis	dicaa@gmail.com.br
Luciane Savi	SMS/Fpolis	lusavi@hotmail.com
Walter Manfroi	SES/SC	sga@saude.sc.gov.br
Letícia Coelho Simon	Cojur/SC	leticiasimon@saude.sc.gov.br
Janice Merigo	Fecam	assistenciasocial@fecam.org.br
Paulo de Tarso Freitas	CREMESC	Ptfreitas1972@gmail.com
Otávio Augusto	COSEMS/SC	Otavio.consemssc@gmail.com
Célio Maciel Machado	TCE/SC	celiommm@tce.sc.gov.br
Joice Stopassoli	Cassi – Unidas	Joice.stopassoli@cassi.com.br
Silvia Abreu	OAB/SC	silviaabreu@yahoo.com.br
Tânia Mara Fodi	SEMSA/Jguá do Sul	tania.fodi@gmail.com
Luiz Fernando Pita	PMJS/ Jguá do Sul	Id7844@jaraguadosul.sc.gov.br
Dannielle F. Godoi	SMS/ Florianópolis	dannigodoi@gmail.com

DELIBERAÇÕES

Item	Descrição
1	Foi aprovada, por unanimidade, a ata de reunião de fevereiro de 2017.
2	a - Avaliação e votação do “formulário de OPME” (modelo elaborado pela Enfermeira Andrea); Em razão da ausência justificada da Enfermeira Andrea, ficou deliberado que a votação será realizada na reunião de abril/2017. Médico Paulo de Tarso fará encaminhamento do tema ao CRM/SC para verificar se há sugestões.
3	b – Avaliação do Projeto de Lei do Senado - PLS 167, de 2014 e indicação de medidas que o COMESC pode adotar em relação ao tema. Foi passada a palavra à Advogada Sílvia, que está estudando e fez apresentação do tema na última reunião. Fez um breve resumo do assunto, mencionando as dificuldades enfrentadas com o prontuário eletrônico, com enfoque no combate às fraudes. Resumiu o conteúdo do projeto de lei em tramitação no Senado Federal, destacando a



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

	<p>necessidade de trazer segurança jurídica.</p> <p>Concluiu sugerindo encaminhamento de ofício ao Senado Federal para participação em audiência pública sobre o tema, com possível data para maio/2017.</p> <p>Walter Manfroi sugeriu chamar a equipe de tecnologia da SES/SC para a próxima reunião, a fim de esclarecer o tema e verificar o que está em desenvolvimento na aludida área técnica. Mencionou que a certificação digital seria avanço importante na área.</p> <p>Juiz Clenio sugeriu que o projeto seja avaliado pelos integrantes do COMESC para deliberação em reunião futura, no que foi acompanhado pelos demais integrantes do Comitê, com exceção da advogada Sílvia, que justificou necessidade de urgência.</p> <p>Providências:</p> <p>Promotora Ariadne vai verificar para a reunião de abril/2017 se há algum procedimento no MPSC em relação a fraudes em prontuários eletrônicos.</p> <p>Juiz Clenio vai oficiar a Superintendência de Gestão Administrativa - SGA da SES/SC (a/c Walter Manfroi) — para que a equipe técnica faça apresentação sobre prontuário eletrônico, certificação digital e combate a fraudes, na reunião de abril/2017.</p>
4	<p><i>c - Indicação de temas ao Procurador Daniel do MPF dos para inclusão em futura audiência pública;</i></p> <p>Procurador Daniel comentou que a ideia inicial é tratar do financiamento da saúde em SC. Destacou que há uma omissão da UNIÃO no debate do tema, especialmente no âmbito da judicialização, afirmação que teve a concordância dos demais integrantes. A audiência será, possivelmente, no mês de maio.</p> <p>Sugestão de temas para audiência pública:</p> <ol style="list-style-type: none">1 – omissão da UNIÃO em participação nos temas da saúde (judicialização, financiamento, etc);2 – sub-financiamento, repasse à saúde;3 – cirurgias eletivas – ausência de repasses - proposta da Enfermeira Edenice;4 – agilidade no ressarcimento aos Estados pela UNIÃO. <p>Procurador Daniel fará o encaminhamento do MPF e apresentará informação sobre o andamento do tema na reunião de abril/2017.</p>
5	<p>Informações gerais:</p> <p>a – Enfermeira Sônia e Advogado Otávio apresentaram convite para o evento do COSEMS/SC, entre os dias 22 a 24 de março de 2017.</p> <p>b - Juiz Clenio comentou que o CNJ fará um evento nos dias 13 a 15 de março, com a finalidade de apresentar uma prévia do banco de dados que será desenvolvido em razão da parceria entre o CNJ e o Ministério da Saúde, por intermédio do Hospital Sírio Libanês. O NATJUS de SC participará do evento.</p> <p>c - Walter Manfroi fez um breve relato da gestão da SES/SC em 2016. Destacou que em 2017 há um incremento de 1% no orçamento da saúde em SC, que será de 13%, em cumprimento a emenda à Constituição de SC. Anotou que há uma dificuldade da SES em conseguir os repasses dos recursos financeiros pela Secretaria de Fazenda de SC. Comentou que encaminhou à ALESC manifestação em projeto de lei para haver o repasse mensal do orçamento da Fazenda todo dia 15 do mês – Projeto 15/2016.</p> <p>d - Walter Manfroi informou que em 2016 houve o gasto total de 38,8 milhões de reais apenas com o seqüestro de verba pública para cumprimento de ordens judiciais na judicialização da saúde.</p> <p>e - Promotora Ariadne comentou que o MPSC foi um fomentador do seqüestro, mas que hoje o</p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

	<p>efeito foi contrário e negativo à sociedade, em razão do excesso de fraudes. Ficou de apresentar um relato sobre o tema na reunião de abril de 2017, para posterior deliberação do COMESC.</p> <p>f - Janice reiterou o convite para participação de todos no congresso anual da FECAM, em Joinville, nos dias 14 a 16 de março de 2017.</p>

NOTAS FINAIS

1 - A próxima reunião ocorrerá em **3 de abril de 2017, 9h, na Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar), com a seguinte pauta:**

a – Avaliação e votação do “formulário de OPME” (modelo elaborado pela Enfermeira Andrea);

b – Apresentação pela equipe técnica da SES/SC sobre o tema prontuário eletrônico (cenário e perspectivas);

c – Sequestro de valores da cumprimento de ordem judicial (Promotora Ariadne);

d – Definição sobre a audiência pública do MPF (Procurador Daniel/Darlan)

Outras sugestões de pauta podem ser encaminhadas para clenio.schulze@trf4.jus.br.

Local e data	Florianópolis, 06 de março de 2017
---------------------	------------------------------------